

## O desenvolvimento econômico brasileiro contemporâneo e a Caixa

FABRINI LOPES DA SILVA / MACAÉ – RIO DE JANEIRO, 2010

### Agradecimentos

À Santíssima Trindade, que me abençoou e ungiu para que chegasse até aqui com discernimento e sabedoria.

Aos meus pais, por terem me ensinado a ser um homem de valor, íntegro, honesto e correto ao longo da vida.

Às minhas irmãs Priscila e Camila, que me ajudaram a conviver com as diferenças e divergências de forma pacífica e democrática.

À minha esposa Fernanda e ao meu filho Mateus, que me ajudaram a superar os momentos difíceis, sempre me mostrando um sorriso sincero e um amor verdadeiro.

Ao amigo e colega de trabalho Eduardo de Freitas Silva, que me incentivou a iniciar o curso de graduação, para meu aperfeiçoamento profissional.

Aos meus colegas de classe, tanto de Paraty/RJ quanto de Macaé/RJ, pela amizade e companheirismo que recebi nesses quatro anos.

Aos professores Marcelo (Paraty/RJ), Julio, Mário e Cris Dias (Macaé/RJ), que me acompanharam e orientaram em sala de aula.

### Resumo

O objetivo deste trabalho é promover uma análise sobre a importância do papel da Caixa Econômica Federal na história do desenvolvimento econômico brasileiro, vinculada a cada período político pós-guerra. Com o fim da economia oligárquica primário-exportadora, em 1929, na crise provocada pelos Estados Unidos, surge no Brasil um novo modelo de desenvolvimento, denominado "desenvolvimentismo", termo usado para caracterizar a participação mais acentuada do Estado nas ações econômicas do país. Cada fase do desenvolvimento econômico brasileiro iniciado no século XX está diretamente relacionada às políticas governamentais. Neste contexto, a Caixa desempenha papel fundamental, principalmente nos programas sociais criados em cada governo. Na última década, seu campo de atuação aumentou significativamente, principalmente após o retorno do

desenvolvimentismo, a partir de 2003. Com quase 150 anos, a Caixa presta relevantes serviços que estimulam o desenvolvimento sustentável do país, buscando a inserção dos cidadãos de classes menos abastadas financeiramente no segmento bancário. Além disso, é o principal agente financeiro do governo federal, fortalecendo ainda mais sua marca enquanto banco público e evidenciando o fato de que, cada vez mais, o Brasil precisa da Caixa.

**Palavras-chave:** desenvolvimento econômico; desenvolvimentismo; Caixa Econômica Federal.

## Sumário

1. Introdução
2. A atuação da Caixa nas diversas fases históricas do desenvolvimento econômico brasileiro
  - Desenvolvimento primário-exportador
  - O início do desenvolvimentismo e a Caixa
  - Do auge ao declínio econômico desenvolvimentista
  - Um Brasil neoliberal
  - A volta do desenvolvimentismo
3. Conclusão
- Referências bibliográficas

## 1. Introdução

O desenvolvimento econômico é uma definição que, por sua extensão, vincula a economia às outras ciências sociais. A definição não se limita apenas ao aumento da produção em uma área, mas cuida, sobretudo, de características qualitativas ligadas ao crescimento.

Muitos autores associam desenvolvimento econômico ao processo de industrialização, no entanto, Celso Furtado conceituou o termo como "um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – é satisfeito através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas" (Furtado, 1964).

Em outra obra, Celso Furtado diz que "desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade" (Furtado, 1961, p.115-16).

É importante destacar também que, "apesar das divergências existentes entre as concepções de desenvolvimento, elas não são excludentes. Na verdade, em alguns pontos, elas se completam." (Acatolin, 1989, p.24).

Ainda segundo Scatolin,

*Poucos são os outros conceitos nas ciências sociais que se têm prestado a tanta controvérsia. Conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, têm sido usados frequentemente como sinônimos de desenvolvimento. Em verdade, eles carregam dentro de si toda uma compreensão específica dos fenômenos e constituem verdadeiros diagnósticos da realidade, pois o conceito prejulga, indicando em que se deverá atuar para alcançar o desenvolvimento. (Ibid., p.6)*

Para melhor caracterizar o conceito de desenvolvimento econômico neste trabalho, considere-o como método variado de transformação e conversão de caráter econômico, político, social e humano, proporcionando melhorias no produto e na renda, para agradar as mais variadas carências do ser humano, como: educação, saúde, transporte, lazer, habitação, alimentação, entre outras (Oliveira, 2002).

Define-se em geral como desenvolvimentistas, no Brasil, os governos iniciados a partir de 1930, com Getúlio Vargas, e estendido até o governo de Juscelino Kubitschek, reportando-se às teorias cepalinas. Mesmo após o golpe de 1964, os militares também adotaram medidas desenvolvimentistas. Na ausência de um conceito mais fiel, o desenvolvimentismo de hábito enturva-se com os demais fatos a ele interligados, em registros históricos mais característicos, como o amparo à industrialização e ao intervencionismo que se estende desde políticas econômicas de expansão ao planejamento e formação de empresas e instituições financeiras de fomento estatais, baseados na invocação ideológica nacionalista.

A Caixa Econômica Federal foi criada, inicialmente, para incentivar a população a poupar, guardando suas pequenas finanças no banco à contrapartida de juros de 6% a.a. Tal propósito estendia-se também aos escravos, que podiam juntar suas "riquezas" para conquistar as cartas de alforrias e desfrutar da tão sonhada liberdade.

Além da poupança, a Caixa ofertava empréstimos sob garantia de penhor.

Hoje, a empresa tem como missão "atuar na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável do país, como instituição financeira, agente de políticas públicas e parceira estratégica do Estado brasileiro". Logo, enquanto houver desigualdades sociais e econômicas no Brasil, a Caixa não poderá considerar sua missão cumprida.

Como visão de futuro, a Caixa pretende

*ser referência mundial como banco público integrado, rentável, eficiente, ágil, com permanente capacidade de renovação, e quer consolidar sua posição como banco da maioria da população brasileira, respeitando valores como: sustentabilidade econômica, financeira e socioambiental; valorização do ser humano; respeito à diversidade; transparência e ética com o cliente; reconhecimento e valorização das pessoas que fazem a Caixa; e eficiência e inovação nos serviços, produtos e processos.*

Há poucos registros bibliográficos sobre a correlação do desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa. Por isso, o que se busca é permitir que o leitor associe os fatos históricos da economia do Brasil aos da instituição.

A metodologia aqui usada foi a pesquisa bibliográfica, registrando-se em cada fase do desenvolvimento econômico brasileiro o papel desempenhado pela Caixa.

O formato do trabalho acompanha a metodologia do autor, separando em quatro fases principais o histórico da instituição até as considerações finais.

Na Conclusão, o autor registra subjetivamente sua satisfação em ter a Caixa como símbolo nacionalista, no intuito de promover uma reflexão sobre o futuro da instituição e os desafios que encontrará nos próximos anos de sua existência.

O veículo de pesquisa aqui utilizado foi sobretudo a internet, por meio de consultas em enciclopédias, sites de notícias, obras literárias e o próprio site da Caixa.

Por ser funcionário da empresa, o autor também usou seus conhecimentos adquiridos e experiências vividas na Caixa para formar opinião sobre diversos assuntos a relatar neste trabalho.

## **2. A atuação da Caixa nas diversas fases históricas do desenvolvimento econômico brasileiro**

### *Desenvolvimento primário-exportador*

Durante mais de quatro séculos, o desenvolvimento econômico brasileiro cresceu sob influência da necessidade de atendimento da demanda criada por sua metrópole. Mesmo após a independência política, o país continuou dependente economicamente de países europeus, mantendo o vínculo com Portugal, que o colonizou, e Inglaterra, que financiou a independência brasileira em 1822.

O modelo econômico primário-exportador era representado por poucos produtos que

cumpriam seus ciclos econômicos, e, em decorrência desse processo, formavam-se sociedades diferenciadas conforme o ciclo predominante.

Como consequência desse perfil adotado, a economia brasileira sofria com as crises internacionais e com as variações dos modos de produção e de consumo dos países desenvolvidos.

Nesse cenário, surgiu a Caixa Econômica e Monte de Socorro, criada em 12 de janeiro de 1861 por D. Pedro II, pelo Decreto nº 2.723, para incentivar a poupança e conceder empréstimos sob a garantia de penhor, com política de juros abaixo do mercado.

### *O início do desenvolvimentismo e a Caixa*

Na década de 1930, o mundo viveu sua primeira grande crise global, iniciada com a "quebra" da Bolsa de Nova York, em 1929, o que diminuiu as exportações brasileiras. Em decorrência disso, o país reduziu também suas importações. Nesse cenário, o Brasil viu seu modelo econômico primário-exportador se extinguir, surgindo assim a oportunidade de industrialização, movida e guiada pela força imperativa dos países centrais, para que se atendessem aos padrões internacionais de produção e consumo, sem que houvesse, até então, qualquer processo nacional de planejamento.

À Caixa, com a experiência acumulada desde sua criação, foi permitido inaugurar operações de empréstimos em consignação para pessoas físicas, diversificando sua atuação, pois, com a Crise de 1929, os poupadores foram forçados a sacar suas economias, para evitar um colapso maior na economia brasileira, já que o número de desempregados aumentava a cada dia, e os que possuíam emprego viam seus salários cair pela metade.

O primeiro empréstimo hipotecário da Caixa aconteceu em 1º de junho de 1931, concedido a um clube carioca para a compra de um terreno ao lado de sua respectiva sede social. O empréstimo era a longo prazo, e as prestações eram amortizadas conforme cálculo feito pela Tabela Price.

Ainda sob reflexo da Crise de 1929, a Caixa assumiu a exclusividade dos empréstimos sob penhor, em 1934, por determinação do governo, pois as demais lojas particulares de penhores sucumbiram.

O Brasil viveu, nesse período, sua "revolução industrial". O presidente Getúlio Vargas, após a Revolução de 1930, afastou do poder as oligarquias agrárias, dando origem ao processo de desenvolvimentismo brasileiro, que promoveu a industrialização do país, montou uma infraestrutura industrial – com a criação do Conselho Nacional do Petróleo (1938) e de empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional (1941), Companhia Vale do Rio Doce (1943) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945).

A partir da Revolução de 1930, inaugurou-se no Brasil um novo ciclo. Com o desenvolvimento industrial impulsionado e os direitos dos trabalhadores defendidos e embasados, a Caixa mudou seu foco de atuação, tornando-se o órgão oficial do crédito popular brasileiro, além de continuar como captadora de poupança. Porém, o novo foco de atuação se manteve acanhado, pois todos os depósitos eram repassados ao Tesouro Nacional.

Ao assumir seu segundo mandato (1951-54), Vargas desenvolveu projetos baseados no capitalismo de Estado, investindo recursos oriundos do então recém-criado Banco Nacional

de Desenvolvimento Econômico (BNDE), atual Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Com isso, conseguiu-se subsidiar o Plano de Metas criado por Juscelino Kubitschek, pois o país possuía, naquele momento, um volume significativo de reservas de moeda estrangeira, por ter um resultado positivo em sua balança comercial.

Com a criação do BNDE, o papel da Caixa limitava-se à captação de poupança, empréstimos sob penhor, consignados e hipotecários.

### *Do auge ao declínio econômico desenvolvimentista*

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-61), o país viveu um raro momento de estabilidade política, alicerçada ao clima de confiança e de esperança promovido principalmente pelo inesquecível slogan "Cinquenta anos em cinco", que referendava o Plano de Metas.

O objetivo do Plano de Metas criado por JK era corrigir os "pontos de estrangulamento" da economia do Brasil, caso contrário, o crescimento econômico brasileiro ficaria comprometido. O plano priorizava investimentos nas áreas de energia, indústria, educação, transporte e alimentação.

JK também abriu o país para a entrada de capital estrangeiro, com a instalação de inúmeras multinacionais que enviavam seus lucros para o exterior, comprometendo a economia brasileira, que se viu forçada a tomar empréstimos internacionais para diminuir o efeito da crise financeira que ressurgia.

Porém, a maior façanha de JK foi a criação de Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960, e a transferência da capital federal, do Rio de Janeiro para o Centro-Oeste. Este ato tornou-se uma caricatura do governo Juscelino Kubitschek.

Como reflexo da política desenvolvimentista, o Brasil obteve, no período de 1945 a 1960, uma das maiores taxas de crescimento do mundo e a maior da América Latina.

Ainda em 1961, JK deu lugar a Jânio Quadros, que não permaneceu no cargo muito tempo, pois renunciou em agosto do mesmo ano. Com isso, ele não teve tempo de programar suas ações para o desenvolvimento econômico brasileiro.

Assumiu então o vice de Jânio, João Goulart (1961-64), que instituiu o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social para estabelecer políticas fiscais, cambiais e monetárias, gerenciando assim a participação do Estado na economia. Seu plano fracassou por ser considerado intervencionista, impactando negativamente o desenvolvimento econômico do país.

A partir do início da década de 1960, a Caixa passou a monopolizar o controle das loterias federais, antes administradas por particulares.

Em 1964, o Brasil sofreu um golpe de Estado promovido pelos militares, que alinharam o desenvolvimento do país às diretrizes impostas pelos Estados Unidos, que respaldava o governo brasileiro.

Em 1966 foi criado o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), pela Lei nº 5.172/1966.

No governo de Humberto Castelo Branco (1964-67), criou-se também o Banco Central do Brasil e o Banco Nacional de Habitação (BNH), este para fomentar o financiamento de

imóveis, no intuito de reduzir o déficit habitacional entre as classes menos favorecidas. Esta ação estava incorporada ao Plano Nacional de Habitação (PNH).

No início da década de 1970, a Caixa passou a arrecadar os valores do Programa de Integração Social (PIS), a partir da Lei nº 7/1970, para beneficiar os trabalhadores de empresas privadas com o pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial, com recursos vindos da contribuição social de natureza tributária devida pelas pessoas jurídicas. O objetivo da criação do PIS era promover a integração do colaborador na vida e no desenvolvimento das empresas em que trabalhavam.

A cada ano que se passa, a Caixa bate recorde no pagamento de abonos e rendimentos do PIS, promovendo o incremento de renda na vida dos trabalhadores que ganham até dois salários mínimos e/ou que foram cadastrados antes de 1988 no PIS.

Segundo artigo no site da embaixada do Brasil em Ottawa, "o processo de industrialização, de 1950 e 1970, resultou na expansão de setores importantes da economia, como o da indústria automobilística, da petroquímica e do aço, assim como no início e conclusão de grandes projetos de infraestrutura".

Ainda segundo a embaixada:

*Durante a década de 1970, o Brasil, como vários outros países da América Latina, absorveu a liquidez excessiva dos bancos dos Estados Unidos, Europa e Japão. Grande fluxo de capital estrangeiro foi direcionado para investimentos de infraestrutura, enquanto empresas estatais foram formadas em áreas pouco atraentes para o investimento privado. O resultado foi impressionante: o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil aumentou em média 8,5% ao ano, de 1970 a 1980, apesar do impacto da crise mundial do petróleo. A renda per capita cresceu quatro vezes, durante a década, para um nível de US\$ 2.200 em 1980.*

Na década de 1980 o Brasil viveu, segundo Ricardo Bielschowsky (2010), o início da "era da instabilidade macroeconômica 'inibidora' do desenvolvimentismo". O governo criou vários planos econômicos que tentaram conter o avanço da inflação, mas nenhum deles obteve sucesso. Como consequência, o país decretou "moratória" aos credores internacionais, gerando graves problemas econômicos, comprometendo acentuadamente o desenvolvimento do país.

A partir de 1985, o regime militar deu lugar ao regime democrático, na esfera federal, com a eleição indireta de Tancredo Neves, primeiro presidente civil eleito após a ditadura militar. Porém, Tancredo faleceu às vésperas de sua posse, e seu vice, José Sarney, assumiu a Presidência do Brasil durante o período de 1985 a 1990. Mas Sarney não conseguiu estimular o crescimento do país. Pelo contrário, ao sair do Planalto, Sarney deixou como herança a seu sucessor um cenário de recessão econômica, especulação financeira e forte ameaça de hiperinflação.

Em 1986, a Caixa assumiu a gestão do FGTS, antes gerido pelo BNH, que foi extinto pelo Decreto-Lei nº 2.291, de 21 de novembro de 1986. Em 1990, todas as contas de FGTS

centralizaram-se na Caixa. A partir daí, a instituição passou a administrar a arrecadação desse Fundo e o pagamento dos valores aos trabalhadores.

Hoje, o banco de dados do FGTS é considerado o maior da América Latina, e é invejado por vários bancos, por se tratar de uma excelente porta de entrada de negócios.

O seguro-desemprego, benefício integrante da seguridade social, foi implantado em 1986 para oferecer, temporariamente, um aporte financeiro ao trabalhador dispensado sem justa causa por seu empregador. A Caixa começou a efetuar os pagamentos do salário-desemprego, o que faz até hoje, mas a atribuição foi estendida aos seus canais alternativos.

### *Um Brasil neoliberal*

De 1990 a 2006, iniciou-se no Brasil um forte processo de abertura comercial, financeira e de desestatização, diminuindo os investimentos públicos para a média anual de 3,22% do PIB. Em março de 1990, o governo de Fernando Collor de Mello (1990-92) lançou o Programa Nacional de Desestatização, justificando a queda dos investimentos públicos no desenvolvimento do país (Reis, 2008).

Collor sofreu *impeachment* em 1992, e em seu lugar assumiu o vice Itamar Franco (1992-94), que, com o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, criou o Plano Real, para estabilizar a economia brasileira, controlando a hiperinflação, aumentando o poder de compra dos brasileiros, remodelando assim os setores econômicos nacionais (Sayad, 1995-6, p.7-24).

Depois do sucesso da estabilização da moeda nacional, Fernando Henrique Cardoso, foi eleito presidente do Brasil, no primeiro turno, e deu início ao processo neoliberal de governança, promovendo a redução da ação do Estado nos setores de desenvolvimento do país e implantando maciçamente o plano de privatização de empresas estatais.

O auge do processo de desestatização ocorreu ao longo dos dois mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-98; 1999-2002), pois sua postura governamental seguia a cartilha da política neoliberal, buscando "enxugar" a máquina pública, ao limitar sua atuação, para promover o desenvolvimento do país com investimentos privados.

Entre os setores que sofreram processo de privatização destacam-se: telecomunicações, siderurgia, bancário, petrolífero, energia elétrica, mineração, estradas, entre outras.

Logo percebeu-se que o grande benefício das privatizações foi a apuração de receita pela venda das empresas e a transferência de suas respectivas dívidas, que se acumulavam ano após ano, em empresas mal-administradas.

A partir de 1998, o programa de privatização pouco avançou. Entre os motivos está o baixo crescimento econômico do país, após o programa, enfraquecendo assim o apoio político que lhe era tributado. Surgiu também uma desconfiança da oposição quanto à lisura de membros do governo que tentaram estimular o interesse de grupos em leilões da Telecom, forçando o ministro das Comunicações da época a renunciar ao cargo, em 1998. Outro forte motivo de desaceleração do processo de privatização foi a ameaça de se incluir setores politicamente sensíveis, como o de geração de energia elétrica, de petróleo (Petrobras) e bancário, incluindo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, o que fez despertar fortes sentimentos nacionalistas (Neto *et AL.*, 2005).



De acordo com Neto et al.:

*O programa brasileiro de privatização abrange três partes: (a) o Programa Nacional de Desestatização (PND), federal, iniciado em 1991; (b) programas similares no âmbito estadual, que começaram em 1996; e (c) o programa de privatização do setor de telecomunicações, a seguir referido como Telecom. Este último, também federal, começou em 1997 como um programa separado e simultâneo ao PND. Os leilões do programa Telecom, densamente concentrados em 1997 e 1998, geraram um total de US\$ 28,8 bilhões em receitas, mais US\$ 2,1 bilhões em dívidas transferidas. O PND gerou um total de US\$ 28,2 bilhões em receitas, mais US\$9,2 bilhões em transferências de dívida, enquanto que os programas dos estados geraram um total de US\$ 27,9 bilhões em receitas, mais US\$ 6,8 bilhões em transferências de dívidas.*

No caso específico da Caixa, a instituição passou por um grande processo de terceirização de seus serviços, com o intuito explícito, do governo federal, de desonerar os custos e facilitar a venda da instituição.

Ao mesmo tempo, durante o governo de Fernando Henrique, a Caixa teve fundamental participação no acordo do FGTS, permitindo que mais de 40 milhões de trabalhadores recebessem a correção do fundo. Com o empenho de todos os funcionários, a Caixa recebeu os termos de adesão ao acordo do FGTS, e em seguida realizou de forma brilhante e eficaz o pagamento dos valores devidos.

Aproveitando a atualização cadastral dos trabalhadores, a Caixa criou o Cartão Cidadão, que facilitou o acesso às informações sociais de cada trabalhador, permitindo-lhe consultar dados sobre PIS, seguro-desemprego, FGTS e Bolsa Escola.

O Bolsa Escola foi um programa social de transferência de renda financiado pelo Ministério da Educação e destinado às famílias de baixa renda que possuíam filhos na escola. A este programa juntou-se também o Bolsa Alimentação, o Cartão Alimentação e o Auxílio Gás, que posteriormente foram unificados no programa Bolsa Família, criado no governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003-10).

Outro programa criado no governo Fernando Henrique foi o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), pela Medida Provisória nº 1.827, de 27 de maio de 1999, com a finalidade de custear o ensino superior de estudantes matriculados em universidades pagas. Coube à Caixa administrar os ativos e passivos desse fundo, além de operar e financiar as concessões aos universitários.

### ***A volta do desenvolvimentismo***

Em 2002, o Brasil elege pela primeira vez em sua história uma pessoa oriunda das classes mais humildes e menos privilegiadas da sociedade brasileira, um nordestino, metalúrgico, líder sindical, sem formação acadêmica, mas com enorme capacidade de liderança. Assume o governo Lula, com o propósito de reverter o quadro de desemprego, promover a distribuição de renda, reduzir a taxa de juros e implantar o desenvolvimentismo,

com uma participação mais efetiva do Estado nos setores da economia, de forma a retomar o desenvolvimento econômico brasileiro.

A desconfiança do mercado internacional fez com que o presidente convidasse Henrique Meirelles, deputado federal eleito pelo PSDB-GO em 2002, a assumir a direção do Banco Central do Brasil, com o claro objetivo de demonstrar ao mercado que manteria a política econômica do governo de Fernando Henrique.

Lula reduziu a inflação, aumentou os empregos de carteira assinada e superou inúmeros recordes na balança comercial (Siqueira, 2005).

Em seu governo, promoveu as exportações, a diversificação dos investimentos feitos pelo BNDES, estimulou o microcrédito e ampliou os investimentos na agricultura familiar através do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), de acordo com dados obtidos no Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Em relação à Caixa, Lula reverteu o processo de terceirização de mão de obra e possível privatização da empresa, realizando novos concursos públicos e contratando os aprovados. No fim de 2009, todas as atividades-fins da Caixa estavam sob comando e execução de funcionários concursados.

No âmbito social, o governo Lula criou o Bolsa Família, unificando diversos programas sociais de transferência de renda, e colocando a Caixa como responsável pelo repasse dos valores às famílias beneficiadas. Promoveu a inclusão bancária de milhões de brasileiros com a conta Caixa Fácil, permitindo que pessoas menos abastadas financeiramente pudessem ter contas em banco sem taxa de manutenção, com acesso fácil ao crédito, sem burocracia.

Com a volta do desenvolvimentismo, a Caixa se fortaleceu, expandiu seu campo de atuação e tornou-se o principal agente de políticas públicas do governo federal, intermediando repasses financeiros do Orçamento Geral de União aos estados e municípios de todo o Brasil, financiando obras de habitação com o programa Minha Casa, Minha Vida; de infraestrutura e saneamento básico utilizando recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Como empresa pública comprometida com o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Brasil, a Caixa exigiu das construtoras que utilizam madeira em seus empreendimentos documentos que comprovassem a origem legal da matéria-prima; licença ambiental das empresas que, por força de suas atividades, precisam desse documento para atuar no mercado; proibiu a concessão de crédito para empresas que mantêm trabalho escravo e/ou em condições não autorizadas pela legislação, como trabalho infantil; entre outras ações.

Com o propósito de se tornar uma empresa sustentável, criou produtos e serviços bancários competitivos, voltados para a captação de recursos e concessão de crédito, com taxas e tarifas abaixo das praticadas pela concorrência.

No fim de 2008 e início de 2009, com o surgimento de uma nova crise global provocada pela situação econômica dos Estados Unidos, a Caixa reduziu os juros de várias linhas de crédito para estimular o setor produtivo da economia brasileira. Essa postura era contrária às dos demais bancos, que, enfraquecidos financeiramente, aumentaram seus juros, visando

a atenuar os prejuízos obtidos no mercado externo durante a crise. Com isso, a Caixa conquistou uma fatia maior do mercado interno, consolidando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável do país.

Ainda em 2009, deu-se início à abertura de contas de pessoas jurídicas com concessão de crédito pré-aprovado para microempreendedores individuais, isto é, trabalhadores que atuavam na informalidade, objetivando a "bancarização" desse nicho de mercado.

### 3. Conclusão

Hoje a Caixa Econômica Federal possui a maior carteira de caderneta de poupança do país. No segmento de captação de recursos, foi eleita pela quinta vez consecutiva a melhor gestora de fundos de investimentos de varejo. No segmento habitacional, realiza o sonho da casa própria de milhares de brasileiros. Oferece produtos tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas, principalmente para micro e pequenas empresas, mas já atua com médias e grandes também. Em muitas cidades, os valores de transferência de renda superam o PIS municipal, sendo responsável por fomentar a economia dessas localidades. Tem seu papel reconhecido pelas demais entidades e agentes públicos no desenvolvimento e fortalecimento da economia brasileira, sobretudo porque 100% do seu lucro é investido no país, ao contrário dos demais bancos, que transferem suas riquezas obtidas no Brasil para o país-sede dos acionistas.

A Caixa não é somente do governo federal. Ela é de todos os brasileiros. E cada um deles reconhece a importância institucional da instituição, porque se trata de um banco que não exclui ninguém, não faz distinção de cor, raça, gênero, opção sexual e/ou condição social. Por isso impera um sentimento nacionalista quando o assunto é Caixa Econômica Federal: desde sua fundação, a atuação da Caixa esteve voltada para as classes menos favorecidas do país.

A Caixa ainda incentiva projetos artístico-culturais, educacionais e desportivos, patrocinando o atletismo brasileiro – realiza o circuito de corridas Brasil afora; mantém centros culturais onde o teatro, as artes plásticas, a música e as demais artes podem se expressar e despertar o interesse cultural do brasileiro, entre outros eventos.

Sua atuação, contudo, não está concluída. Há muito a se fazer para colaborar com o desenvolvimento econômico brasileiro. A próxima década será crucial para consolidar o Brasil como país de Primeiro Mundo, pois ele será responsável por sediar dois dos maiores eventos esportivos globais: a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016.

Com a descoberta da camada de pré-sal pela Petrobras, o Brasil se tornou o segundo país com maior reserva de petróleo do mundo. Falta agora empenhar esforços para que a receita apurada com a exploração dessa riqueza seja reaplicada no desenvolvimento do país, pois o petróleo pertence à nação. Nesse sentido, a Caixa já firmou parcerias para participar do projeto, criando linhas para empresas parceiras da Petrobras.

Outro papel importante que a Caixa desempenha é o relacionamento mais efetivo como o BNDES, objetivando tornar-se o principal agente financeiro dos negócios realizados com recursos daquele banco.

A Caixa, representada por todos os seus funcionários e demais colaboradores, está

empenhada em transformar o Brasil num modelo de país socialmente responsável e comprometido com seu povo.

Este é o maior desafio!

### Referências bibliográficas

BIELSCHOWSKY, R. (org). *Cinquenta anos do pensamento na Cepal*. v.I e II. Rio de Janeiro, Record, 2000.

BRUM, Argemiro. *Desenvolvimento econômico brasileiro*, 16ª ed. Petrópolis, Vozes, 1996.

FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*, 2ª ed. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

\_\_\_\_\_. *Formação econômica da América Latina*. Rio de Janeiro, Lia, 1969.

\_\_\_\_\_. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Editora Nacional, 1991.

MEDEIROS, C. *Regime macroeconômico, crescimento e inovações no Brasil*. 2007 (mimeo.).

NETO, A.M. *Intervenção estatal e desigualdades regionais no Brasil: contribuições ao debate contemporâneo*. Ipea A, Texto para discussão nº 1.229, Brasília, nov 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. "Usados como ornamento", in *O Globo*, 6 ago 2005.

REZENDE, Cyro. *Economia brasileira contemporânea*. São Paulo, Contexto, 1999.

SAYAD, João. "Observações sobre o Plano Real", in *Est. Econ. São Paulo*, v.25, número especial, p.7-24, 1995-6.

SCATOLIN, Fábio Dória. *Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o estado do Paraná. 1989*. Dissertação de mestrado em economia, apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1989.

SCHUMPETER, J.A.A. *A teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

### Websites

Brasil em resumo: economia – perspectiva histórica. Disponível em:

[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:RmRJAuT2knOJ:www.brasembottawa.org/prt/brasil\\_en\\_resumo/economia.html+resumo+desenvolvimento+econ%C3%B4mico+brasileiro&cd=24&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:RmRJAuT2knOJ:www.brasembottawa.org/prt/brasil_en_resumo/economia.html+resumo+desenvolvimento+econ%C3%B4mico+brasileiro&cd=24&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br). Acesso em: 24 out 2010.

CORRÊA, Alessandra. "Bird vê 'avanços dramáticos' em redução da pobreza no Brasil".

Disponível em:

[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/04/100420\\_pobreza\\_bird\\_brasil\\_ac\\_n.p.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/04/100420_pobreza_bird_brasil_ac_n.p.shtml). Acesso em: 29 out 2010.

Desenvolvimento econômico: conceito. Disponível em: <http://desenvolvimento-economico1.blogspot.com/2007/10/o-desenvolvimento-economico-um-conceito.html>.

Acesso em: 24 out 2010.

DIRETORIA. Transferência de benefícios – Diben. Fies – Financiamento estudantil.

Superintendência Nacional de Distribuição de Serviços ao Cidadão – Sudel, Brasília, 2000.

Disponível em:

[http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:sNIhQMPoSf8J:portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/FIES2000.pdf+hist%C3%B3ria+do+fies&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEEShSk7\\_Vs1vGogtpkmaFRgBxcfjVVgoUXILCQXb4AFAK\\_UEB0kK1r9i\\_KroI482mUufECRJKhZY4lqBW\\_5fMvckINCXI8S-8jDbIYN2dcmvKLAh9oWm2n9dhn8TX6fj8D94azFMF&sig=AHIEtbQNr34s7j1pL-WGmKDhgH70wIyWqw](http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:sNIhQMPoSf8J:portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/FIES2000.pdf+hist%C3%B3ria+do+fies&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEEShSk7_Vs1vGogtpkmaFRgBxcfjVVgoUXILCQXb4AFAK_UEB0kK1r9i_KroI482mUufECRJKhZY4lqBW_5fMvckINCXI8S-8jDbIYN2dcmvKLAh9oWm2n9dhn8TX6fj8D94azFMF&sig=AHIEtbQNr34s7j1pL-WGmKDhgH70wIyWqw). Acesso em: 26 out 2010.

Especial Caixa – Uma história brasileira: 1920-1930. As economias foram sacadas no Crack de 1929. Disponível em: <http://casa.abril.com.br/brasil/linha-do-tempo/1920-a-1930/crack-de-1929.shtml>. Acesso em: 23 out 2010.

\_\_\_\_\_. 1920-1930. Ajudar a poupar é a vocação da Caixa desde o início. Disponível em: <http://casa.abril.com.br/brasil/linha-do-tempo/1920-a-1930/vocacao-da-caixa.shtml>. Acesso em: 23 out 2010.

\_\_\_\_\_. 1930-1940. Revoluções e era Vargas transformaram a história da Caixa. Disponível em: <http://casa.abril.com.br/brasil/linha-do-tempo/1930-a-1940/>. Acesso em: 23 out 2010.

\_\_\_\_\_. 1920-1930. Uma nova Caixa. Disponível em: <http://casa.abril.com.br/brasil/linha-do-tempo/1930-a-1940/orgao-oficial-credito-popular.shtml>. Acesso em: 23 out 2010.

Governo Lula. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Governo\\_Lula#cite\\_ref-4](http://pt.wikipedia.org/wiki/Governo_Lula#cite_ref-4). Acesso em: 24 out 2010.

História da industrialização no Brasil. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria\\_da\\_industrializa%C3%A7%C3%A3o\\_no\\_Brasil#Terceiro\\_per.C3.ADodo\\_.281930-1956.29:\\_a\\_.22revolu.C3.A7C3.A3o\\_industrial.22](http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_industrializa%C3%A7%C3%A3o_no_Brasil#Terceiro_per.C3.ADodo_.281930-1956.29:_a_.22revolu.C3.A7C3.A3o_industrial.22). Acesso em: 23 out 2010.

LIMA, Everton Herlan Guimarães. *A história da Caixa Econômica Federal*. 2006. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/a-historia-da-caixa-economica-federal/11878/>. Acesso em: 22 out 2010.

\_\_\_\_\_. *O Brasil precisa da Caixa*. 2006. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/o-brasil-precisa-da-caixa/12545/>. Acesso em: 22 out 2010.

RAMOS, Maria Fernanda. *Bancos têm dado maior foco ao NE para aproveitar crescimento do poder de compra*. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:reG6tUtA7PAJ:www.investne.com.br/Entrevistas/maria-fernanda-ramos-coelho-bancos-tem-dado-maior-foco-ao-nordeste-para-aproveitar-crescimento-do-poder-de-compra-na-regiao+papel+da+CAIXA+no+desenvolvimento+econ%C3%B4mico+brasileiro&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 26 out 2010.

MEIRA, P.B. *Evolução dos planos econômicos no Brasil: breve análise e relato sobre o planejamento econômico brasileiro*. Disponível em: <http://www.monografias.brasilecola.com/administracao-financas/evolucao-dos-planos-economicos-no-brasil-breve-analise-.htm>. Acesso em: 23 out 2010.

MELLO, Pedro Carvalho de. "Uma visão comparativa do conceito de desenvolvimento econômico de Furtado com as teorias recentes", in *História e economia. Revista Interdisciplinar*, v.2, nº 1, p.106-34, 2º semestre 2006. Disponível em: [http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:bN6BW5eworIJ:www.bbs.edu.br/apresentacaoprofessor/06-Pedro.pdf+conceito+de+desenvolvimento+econ%C3%B4mico&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESj9wqQnWtsDbs-LvIkUfdX2Gu3Xq82w383MJ3tdhSUpl\\_bcotoU6PQdMdkRwSzv4AA0tprzV74HbUpc-HDKmxjJQpfys9ptz9120jwvmqCQ4SzqNRvp2a4sHhcF57NO9Pa74U0c&sig=AHIEtbQiCa7KqwsIbHABCCAAUvzWvwNpg](http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:bN6BW5eworIJ:www.bbs.edu.br/apresentacaoprofessor/06-Pedro.pdf+conceito+de+desenvolvimento+econ%C3%B4mico&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESj9wqQnWtsDbs-LvIkUfdX2Gu3Xq82w383MJ3tdhSUpl_bcotoU6PQdMdkRwSzv4AA0tprzV74HbUpc-HDKmxjJQpfys9ptz9120jwvmqCQ4SzqNRvp2a4sHhcF57NO9Pa74U0c&sig=AHIEtbQiCa7KqwsIbHABCCAAUvzWvwNpg). Acesso em: 23 out. 2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Histórico. Disponível em: [http://www.mte.gov.br/seg\\_desemp/historico.asp](http://www.mte.gov.br/seg_desemp/historico.asp). Acesso em: 26 out 2010.

NETO, Francisco Anuatti *et al.* "Os efeitos da privatização sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas privatizadas", in *Revista Brasileira de Economia*, v.59, nº 2, abr-jun 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71402005000200001&script=sci\\_arttext#nt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71402005000200001&script=sci_arttext#nt). Acesso em: 27 out 2010.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. "Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento", in *Revista da FAE*, v.5, nº 2, p.37-48, mai-ago 2002. Disponível em: [http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:C56JV\\_WwK2AJ:www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista\\_da\\_fae/fae\\_v5\\_n2/uma\\_discussao\\_sobre.pdf+conceito+de+desenvolvimento+econ%C3%B4mico+celso+furtado&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESHdyvNAOZ6ggWLwemAVfA30zfqslrwEc2hHSmOcrYRcSVYXX3JyOgtiEnOc9Kh7EcfRxy6UIIry909THFFpSQ9ksWxIjdnQ9EC1xbal\\_5\\_iSiin1zvp1g3KNXgsu8Aun\\_rUlog&sig=AHIEtbShUj53fDmf7CIYx3Jk8LzMjW5kEw](http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:C56JV_WwK2AJ:www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/uma_discussao_sobre.pdf+conceito+de+desenvolvimento+econ%C3%B4mico+celso+furtado&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESHdyvNAOZ6ggWLwemAVfA30zfqslrwEc2hHSmOcrYRcSVYXX3JyOgtiEnOc9Kh7EcfRxy6UIIry909THFFpSQ9ksWxIjdnQ9EC1xbal_5_iSiin1zvp1g3KNXgsu8Aun_rUlog&sig=AHIEtbShUj53fDmf7CIYx3Jk8LzMjW5kEw). Acesso em: 24 out 2010.

Plano Real. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Plano\\_Real#cite\\_note-SAY-2](http://pt.wikipedia.org/wiki/Plano_Real#cite_note-SAY-2). Acesso em: 26 out 2010.

REIS, Cristina Fróes de Borja. "O investimento público e o desenvolvimento econômico do Brasil", in *Crítica econômica*, jun 2008. Disponível em: <http://criticaeconomica.wordpress.com/2008/06/19/o-investimento-publico-e-o-desenvolvimento-economico-do-brasil%C2%A8/>. Acesso em: 24 out 2010.

SIQUEIRA, Paulo Afonso Mendonça de. "Apesar da crise". Disponível em: <http://www.litoralvirtual.com.br/noticias/2005/08/22.html#artigo>. Acesso em: 27 out 2010.